REPRIMARIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E DEPENDÊNCIA: AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA NO SÉCULO XXI[1]

Marcos Jardim Pinheiro[2]

Virginia Laura Fernández[3]

RESUMO: A partir dos primórdios do século XXI, observam-se importantes transformações no comércio internacional, destacando-se a ascensão da China, sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) e uma expressiva demanda por bens primários. No contexto brasileiro, a China desempenha um importante papel como principal parceira comercial, demandando produtos como soja, minério de ferro e petróleo, e exportando manufaturas. A tendência chinesa está associada a um movimento de reprimarização nas economias latino-americanas, inclusive no Brasil, acentuando a dependência econômica. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar e caracterizar o padrão exportador do Brasil com a China no século XXI, explorando a relação de dependência do Brasil com o Grande Asiático e utilizando-se para tal do instrumental teórico da Teoria Marxista da Dependência, com foco na obra de Ruy Mauro Marini. A hipótese deste artigo é de que as relações comerciais entre Brasil e a China no século XXI intensificam a reprimarização da pauta exportadora brasileira, reforçando sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Na parte empírica, aplicar-se-á a Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng, juntamente com o Índice de Comércio Intraindústria. Tal análise permitirá compreender o padrão exportador e comercial brasileiro com a China.

Palavras-Chave: Padrão Exportador. Competitividade. Dependência. Matriz de Competitividade. Índice de Comércio Intraindústria. Ruy Mauro Marini

ABSTRACT: From the early twenty-first century onward, significant transformations in international trade have been observed, notably the rise of China, its accession to the World Trade Organization (WTO), and a strong demand for primary commodities. In the Brazilian context, China plays a central role as the country's main trading partner, importing products such as soybeans, iron ore, and oil, while exporting manufactured goods. This Chinese trend is associated with a process of reprimarization in Latin American economies, including Brazil, thereby deepening economic dependence. In this sense, this article aims to analyze and characterize Brazil's export pattern with China in the twenty-first century, exploring Brazil's dependency relationship with the Asian giant through the theoretical framework of Marxist Dependency Theory, with particular emphasis on the work of Ruy Mauro Marini. The article's hypothesis is that Brazil–China trade relations in the twenty-first century intensify the reprimarization of Brazil's export basket, reinforcing its subordinate insertion in the international division of labor. In the empirical section, the Fajnzylber and Mandeng Competitiveness Matrix will be applied, along with the Intra-Industry Trade Index, enabling a comprehensive understanding of Brazil's export and trade pattern with China.

Keywords: Export Pattern. Competitiveness. Dependency. Competitiveness Matrix. Intra-Industry Trade Index. Ruy Mauro Marini

---

[1] O artigo deriva da dissertação de mestrado "*Análise das relações comerciais do Brasil com a China e o Mercosul: competitividade, dependência e integração"*, de Marcos Jardim Pinheiro, orientada pela professora Dra. Virginia Laura Fernández no Programa de Pós-Graduação em Economia da UNILA. Está vinculado ao projeto de pesquisa *Comércio Internacional, Competitividade e Integração no Mercosul* (PIC3186-2022), coordenado pela mesma docente. Parte das reflexões teóricas desenvolvidas neste artigo foi elaborada no âmbito do Grupo de Pesquisa *Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina*, vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/CNPq), sob coordenação da Profa. Dra. Roberta Traspadini, a quem se registra sincero agradecimento pela formação teórica, pelo rigor intelectual e pelas generosas contribuições ao longo desse processo. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Doutorando em Integração Contemporânea da América Latina (UNILA), mestre em Economia. E-mail: mjpinheirao@gmail.com

[3] Professora Departamento de Economia e Programa Profissional de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR); Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGICAL/UNILA). Coordenadora do Projeto PIC31862022 (UNILA). E-mail: virginialaurafernandez@yahoo.com.ar

1. INTRODUÇÃO

A partir dos primórdios do século XXI, o comércio internacional passa por intensas mudanças, onde o continente latino-americano experimentou um período de bonança relativa diante da valorização de *commodities* e da expansão da demanda chinesa por matérias-primas, que fortaleceu a posição de caixa desses países no período, e contribuiu para uma "margem de autonomia" para a região (Menezes e Bragatti, 2020). Entretanto, no Brasil, a pauta exportadora para a China tem sido dominada por produtos primários, enquanto a pauta importadora com o Grande Asiático inclui uma forte gama de produtos com maior intensidade tecnológica (Hiratuka e Sarti, 2016). Tal assimetria não compromete apenas a inserção externa do Brasil nas cadeias globais de valor, mas também aprofunda a vulnerabilidade da estrutura produtiva nacional, processo que pode agravar-se na ausência de uma reorientação estratégica e de um novo arranjo político (Mattos e Carcanholo, 2011). Embora o Gigante Asiático possa melhorar os termos de troca para alguns países exportadores de matérias-primas, a dependência excessiva de recursos naturais pode acabar limitando a diversificação econômica e o desenvolvimento de grupos industriais, com uma tendência de reprimarização dessas economias (Fernández, 2014).

Nesse sentido, o presente artigo tem objetivo de analisar e caracterizar o padrão exportador do Brasil para a China no século XXI, explorando dinâmicas de dependência que estruturam tal relação comercial. Para isso, utilizar-se-á o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência, com foco na contribuição de Ruy Mauro Marini. Os objetivos específicos são: 1) apresentar as categorias de troca desigual e superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini; 2) analisar o padrão comercial Brasil-China no século XXI, com foco na reprimarização da pauta exportadora, e os debates contemporâneos acerca da natureza da inserção chinesa na América Latina; 3) avaliar a competitividade e grau de integração produtiva entre Brasil e China, por meio da Matriz de Competitividade e do Índice de Comércio Intraindústria.

Com base em tais objetivos, o presente estudo parte da hipótese de que as relações comerciais entre Brasil e a China no século XXI intensificam a reprimarização da pauta exportadora brasileira, reforçando sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Será empregada uma metodologia que combina uma pesquisa bibliográfica e uma análise empírica descritiva, revisando referências teóricas, além de artigos científicos relevantes, e dados da plataforma TradeMap. Para avaliar a competitividade, será utilizada a Matriz de Competitividade de Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991; 1993)[4] com base nos dados do TradeCAN, uma abrangente base de dados que cobre mais de 90% do comércio internacional. Também será introduzido um indicador

[4] A tabela de harmonização entre os grupos da CUCI Revisão 2 e Revisão 3, com desagregação a três dígitos conforme a classificação de Mandeng (1993), encontra-se sistematizada em Fernández (2014).

adicional, o Índice de Comércio Intraindústria (ICII), adotando a plataforma SIGCI da Cepal com base nos índices Grubel-Lloyd. Os dados, acessados em 2024, são analisados anualmente por mercado, com ênfase nos períodos (2000-2008), (2008-2013), (2013-2019), (2019-2021) e (2021-2022). A Matriz de Competitividade será analisada nos mesmos períodos. Salienta-se que não será considerado nesta pesquisa a exportação de serviços, somente de mercadorias.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresentará elementos da Teoria Marxista da Dependência, com foco na obra de Ruy Mauro Marini e nas categorias de Trocas Desiguais e Superexploração do Trabalho. A terceira seção discutirá a reprimarização da pauta exportadora diante da China, além do debate sobre a natureza da presença do Grande Asiático na periferia do capitalismo mundial. A quarta apresentará os fundamentos metodológicos que basear-se-á a parte empírica da pesquisa; ou seja, a Matriz de Competitividade de Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991), e o Índice de Comércio Intraindústria (ICII), proposto por Grubel Lloyd (1975). A quinta seção apresentará os resultados empíricos da pesquisa, e por fim, as considerações finais. Ressalta-se que o presente artigo adota uma abordagem centrada nas relações comerciais, com maior ênfase no espectro econômico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: Trocas Desiguais e Superexploração do Trabalho

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi uma ocorrência da Revolução Cubana liderada por Che Guevara e Fidel Castro. O êxito do processo revolucionário trouxe fortes abalos ao cenário latino-americano, e despertou grande expectativa na busca do socialismo na América Latina. Marini (1993) sustenta que a teoria emerge no continente latino-americano como uma corrente estruturada, inspirada em trabalhos entre 1964 e 1967. O contexto político, marcado pela forte repressão, proporcionou condições favoráveis para o surgimento dessa teoria. Katz (2020) aponta que os teóricos da dependência polemizaram com interpretações de cunho liberal que atribuíam o atraso regional à absorção insuficiente da civilização ocidental ou herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa. Ademais, ela surge como resposta as concepções cepalinas do subdesenvolvimento latino-americano. Sobre a dependência, Marini destaca:

> [...] a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2022 [1973], p. 171)

Assim, a ideia central da tese de Marini é a compreensão de como as empresas transnacionais estabelecidas na região utilizam nossa economia e território como base para expandir-se para outros mercados e submetê-los ao seu controle. Dessa forma, evidencia-se um processo de controle dos mercados e da acumulação territorial a ser dividido com os países hegemônicos (Traspadini e Stedile, 2022).

Em termos econômicos, a TMD salienta a relevância do movimento internacional de capitais, em especial de inversões diretas, bem como dependência financeira e tecnológica, como mecanismos que promovem uma maior integração da América Latina à economia mundial. Para a TMD, o imperialismo não é algo externo a dependência, mas permeia toda a economia e a sociedade dependentes, e representa um fato constitutivo das suas estruturas socioeconômicas. Salienta-se a consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional, destacando os desafios enfrentados no século XX, onde ocorreram as Guerras Mundiais e a Crise de 1929. A economia que emerge desses eventos reestabelece a tendência integradora do imperialismo em um nível mais alto, consolidando um centro hegemônico do poder, liderado pelos EUA (Marini, 1993).

Conforme mencionam Osório e Reyes (2020), destaca-se no pensamento de Marini que as classes sociais dominantes locais são as responsáveis pela dependência e pelas condições desumanas associadas à sua perpetuação, sendo comparáveis à dos capitais imperialistas dentro do sistema global. O autor pondera que certos setores da burguesia assumem um caráter parasitário em relação ao Estado, implicando que buscam beneficiar-se das políticas estatais sem contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Isso tem relação com a incapacidade da burguesia nacional em enfrentar os problemas do desenvolvimento econômico, o que poderia levar a um regime autoritário.

As contradições estruturais inerentes ao capitalismo dependente se fazem presentes no atual cenário de declínio industrial, exploração retrógrada de recursos naturais, fragilidade financeira, e chama atenção ao papel desempenhado pela China na atual conjuntura. O Gigante Asiático expande seus investimentos de forma rápida, focando-os na captura de recursos naturais. O setor do agronegócio teve um reforço ao orientar sua produção para fora em detrimento do abastecimento interno. O modelo extrativo para importação reforça as atividades primário exportadoras ao invés das industriais. Esse modelo acaba reforçando essas economias às flutuações internacionais quanto ao preço de matérias-primas (Katz, 2020). A presença chinesa desafia a dominação da primeira potência, entretanto, até agora, trata-se de uma ameaça mais econômica do que geopolítica, avançando de forma cuidadosa no terreno diplomático. “Emprega poder brando *[soft power],* com discursos de cooperação distanciados da mensagem hegemônica. Utiliza uma retórica de reciprocidade e benefício mútuo nas relações Sul-Sul” (Katz, 2020, p. 331). Conforme sustentam Carcanholo e Saludjian (2014), essa

reestruturação produtiva constituiu, a partir do comércio exterior, uma especialização com base na reprimarização das exportações latino-americanas.

2.2 Trocas Desiguais e Superexploração do Trabalho

A TMD constitui o conceito de "Superexploração do Trabalho" como a principal categoria para explicar o capitalismo dependente. Ademais, salientam-se as "trocas desiguais" como conceito importante para esclarecer a heterogeneidade estrutural das economias do sistema mundial (Osório e Reyes, 2020). Marini (2022 [1973]) destaca que a troca desigual ocorre quando nações trocam distintos tipos de mercadoria, como por exemplo manufatura e matéria-prima, e uma delas consegue vender seus produtos a preços maiores ao seu valor. Isso resulta em uma situação em que as nações menos favorecidas cedem parte do valor que produzem, enquanto a transferência de valor se concentra em especial na nação com maior produtividade. Tal troca desigual leva as nações desfavorecidas não buscarem corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através de uma maior exploração do trabalhador (Osório e Reyes, 2020).

Inspirando-se em Marini, Carcanholo e Saludjian (2014) salientam três níveis de abstração para explicar o intercâmbio desigual. No primeiro nível, apontam que capitais com diferentes produtividades produzem a mesma mercadoria, vendendo-as por um valor de mercado definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Aqueles capitais mais produtivos conseguem apropriar-se de um mais-valor extraordinário, resultando na transferência de mais-valor das economias dependentes para as economias centrais. No segundo nível, a competição entre as esferas de produção possibilita que aqueles setores mais produtivos vendam as mercadorias a preços superiores ao valor de mercado, também transferindo mais-valor das economias dependentes para as centrais. No terceiro nível de abstração, apontam o monopólio de produção de mercadoria com maior composição orgânica do capital pelos capitais das economias centrais. Isso permite que esses capitais mantenham preços de mercado superiores dos preços de produção de mercado, por um período determinado, permitindo apropriação de um mais-valor relativo superior à média. Esses três níveis de abstração permitem a compreensão de como ocorre a transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, contribuindo para entender os condicionantes estruturais da dependência econômica.

Para Marini (2022), chega-se o ponto que não basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca[5] entre nações, mas encarar o fato que, no marco dessa troca, a apropriação de valor

[5] Marini concordava com a conclusão sobre a deterioração dos termos de troca, problematizado por Prebisch (1949), entretanto, não compartilhava a interpretação. Explicava a depreciação dos bens primários pela dinâmica objetiva da acumulação em escala mundial. Descrevia como os investimentos externos facilitavam a apropriação de recursos da periferia e atribuía essa exação à subordinação dos países atrasados. No entanto, esse correto diagnóstico não esclarecia os mecanismos que desvalorizavam as matérias primas (Katz, 2020)

realizado encobre a apropriação de um mais-valor que é gerado diante da exploração do trabalho no interior de cada nação. O que parecia um mecanismo de compensação no nível de mercado, é de fato, um mecanismo operado em nível de produção interna. Osório e Reyes (2020) destacam que na capacidade de reproduzir tal situação estão os princípios que geram economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por isso, trata-se de um processo de enorme relevância no campo explicativo das heterogeneidades do sistema capitalista mundial. Logo, é relevante o conceito de troca desigual e sua problematização diante de outros conceitos que explicam a causa do subdesenvolvimento em relação ao desenvolvimento.

Conforme destaca Osório (2004), o conceito superexploração é fundamental na compreensão do capitalismo dependente, sustentando que a violação estrutural do valor da força de trabalho é característica das economias periféricas. Embora ausente em *O Capital* de Marx, tal categoria reflete processos históricos que, embora reconhecidos pelo autor, foram de forma deliberada excluídos diante do nível de abstração necessário para desvendar a lógica do capital**.** Ao considerar o sistema capitalista mundial, é fundamental diferenciar economias centrais, semiperiféricas e dependentes. Nas economias periféricas, a superexploração não é episódica, mas sim estrutural, configurando-se como o núcleo da acumulação de capital. Tal dinâmica é parte integrante do sistema mundial capitalista, que se baseia na transferência de valores de regiões periféricas para as centrais. Nas economias dependentes, tal lógica resulta em formas particulares de organização social e de reprodução do capital, mercadas pela desigualdade estrutural que reforça a dependência. Conforme Marini:

> Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-lo no plano da produção interna [...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para recompor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (Marini, 2022, p. 186-188).

> *Por todo ello, la superexplotación se define más bien por la mayor explotación de la fuerza física del trabajador, en contraposición a la explotación resultante del aumento de su productividad, y tiende normalmente a expresarse en el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor real. [...] Lo que importa señalar aquí, en primer lugar, es que la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo (Marini, 1973, p 72 – 76).*

Nesse sentido, Traspadini e Stedile (2022) destacam que a superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter e perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Dessa forma, enquanto a América Latina produz para satisfazer o mercado mundial e ajustar as perdas ocorridas neste, os países centrais preocupam-se em desenvolver

relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto dos seus mercados internos, quanto da sua hegemonia internacional. A superexploração da força de trabalha, acompanhada pelo pagamento de salários menores do que o valor do trabalho, resulta em uma distribuição mais concentrada de renda e riqueza nas economias dependentes, além de intensificar os problemas sociais.

Vale destacar que superexploração não significa uma exploração maior medida pela taxa de mais valia, mas uma agudização ou uma exacerbação da exploração capitalista. Para aproximar o conteúdo de tal fenômeno, Marini recorre a símiles[6] no método de exposição, utilizando expressões como violar, eludir, burlar ou transgredir a lei do valor. Tais expressões não anulam a lei do valor, mas funcionam como recursos analíticos para descrever a determinação negativa de seu funcionamento nas economias dependentes (Luce, 2018).

Nestes termos, para Marini (2022) a superexploração não pode ser reduzida a uma intensificação quantitativa da exploração, mas constitui um processo que articula determinações externas e internas do capitalismo dependente. Tal dinâmica ultrapassa o plano estritamente econômico, envolvendo dimensões políticas, ideológicas e sociais. Assim, a superexploração assume o papel de fundamento da dependência, operando como mecanismo de compensação, no âmbito da produção interna, das transferências de valor realizadas no mercado mundial.

Nesse sentido, a dinâmica da superexploração é mais complexa do que apenas "mais exploração". Ela envolve um entrelaçamento de determinações externas e internas. O preço médio internacional de mercadorias define custos de produção e condiciona salários locais, enquanto, internamente, a burguesia busca compensar a concorrência desigual intensificando a extração de sobretrabalho. Isso cria um sistema de poder que é simultaneamente econômico, político, ideológico e cultural.

3. REPRIMARIZAÇÃO E PODER GLOBAL: DISPUTAS EM TORNO DO PAPEL DA CHINA NO BRASIL

O continente latino-americano experimentou um período de bonança relativa na primeira década do século XXI, diante da valorização de *commodities* no mercado internacional. As economias da região tiveram a China como principal compradora de suas exportações primárias agroindustriais, metais e hidrocarbonetos. Tal demanda por recursos naturais e energéticos pelo Grande Asiático

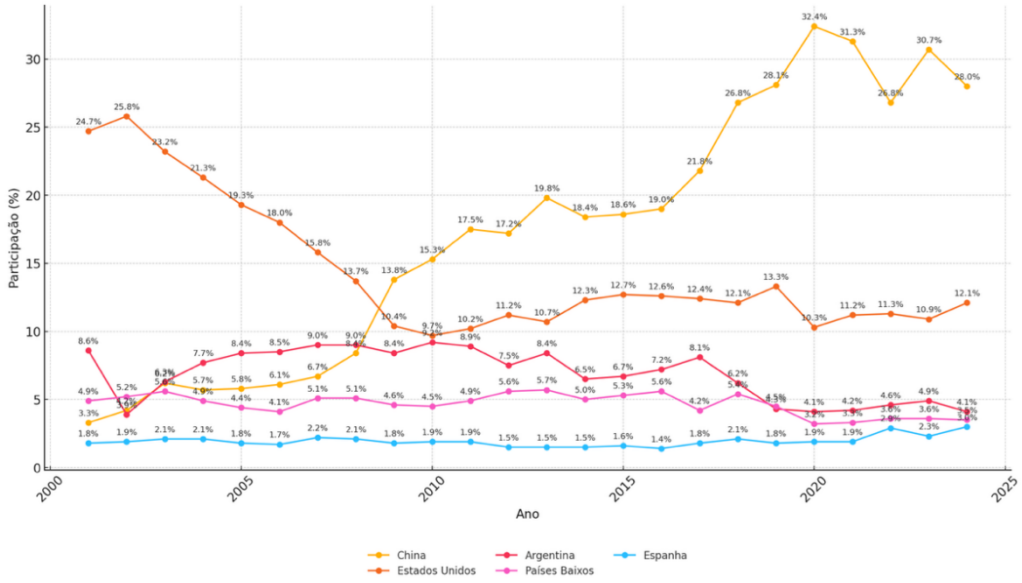
[6] Luce (2018) explica que o símile cumpre a função de antecipação intuitiva no método de exposição científica, auxiliando no entendimento inicial de determinados fenômenos. No caso da superexploração e da transferência de valor, Marini recorre a símiles como forma de primeira aproximação ao conteúdo dessas categorias. Tal indicação não indica imprecisão teórica, mas corresponde a um procedimento próprio da construção científica que vai sendo progressivamente refinado à medida que o conhecimento avança.

fortaleceu a posição de caixa dos países durante esse período, contribuindo para uma "margem de autonomia" das economias sul-americanas. É possível verificar distintas visões sobre a relação comercial chinesa e América Latina, sendo que os mais pessimistas destacam que as assimetrias econômicas e a reprimarização da pauta exportadora formam uma dependência, representando uma ameaça às exportações de manufaturas na região, sustentando que há uma relação de centro-periferia (Menezes e Bragatti, 2020).

A pauta exportadora do Brasil para a China tem sido dominada por produtos primários, que representaram 83% do total exportado em 2011. O aumento da busca chinesa por *commodities,* além de ampliar as quantidades exportadas, também amplia os preços internacionais desses produtos. Há, nesse sentido, uma grande distinção entre o perfil da pauta de exportação brasileira para a China e o perfil da pauta de importações. O Brasil exporta produtos primários, e por outro, a as importações da China incluem uma forte gama de produtos com maior sofisticação tecnológica, situação que gera preocupações sobre a competitividade da indústria local e a necessidade de diversificação produtiva (Hiratuka e Sarti, 2016). Mattos e Carcanholo (2011) abarcam que a crescente penetração de manufaturados chineses no mercado interno e regional acaba comprometendo a inserção da indústria brasileira nas cadeias globais de valor, e destacam que sem uma reorientação estratégica interna e um novo arranjo político, o país continuará vulnerável à competição chinesa.

Quando se realiza a análise das relações comerciais do Brasil, percebe-se a importância que o Gigante Asiático passou a ter no mercado externo brasileiro nas últimas décadas. Conforme observa-se no gráfico 01, entre 2001 e 2024, as exportações brasileiras passaram por intensas transformações quanto aos parceiros comerciais, com destaque a ascensão chinesa e o declínio dos Estados Unidos como principais destinos. A participação da China cresceu de forma expressiva, passando de 3,3% em 2001, atingindo um máximo de 32,4% em 2020, e 28% em 2024. Tal crescimento não se limita simplesmente a uma mudança de parceiros, mas demonstra uma reconfiguração e reorganização da inserção internacional brasileira em torno da demanda chinesa por matérias-primas, como soja, minério de ferro e petróleo, que impulsionaram esses setores primários no Brasil. Por outro lado, os EUA que representavam 24,7% em 2001, viram sua participação ficar em 12,1% em 2024. Conforme dados do Comex Stat (2025), as exportações brasileiras para a China alcançaram US$ 94,4 bilhões em 2024, enquanto as importações provenientes totalizaram US$ 63,6 bilhões. O saldo comercial no período apresentou um superávit de US$ 30,8 bilhões, reforçando a China como o principal destino das exportações do Brasil (TradeMap, 2025).

Gráfico 1 – Participação percentual nas exportações brasileiras (%) – 5 principais parceiros (2001-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TradeMAP (2025).

Nesse sentido, a expansão comercial da China tem suscitado distintas interpretações no campo crítico. Enquanto alguns analistas analisam seu papel como potência em ascensão, mas distinta do imperialismo clássico, outros veem como reprodutora de estratégias das grandes potências capitalistas.

De acordo com Wimer (2024), a relativa perda de poder dos EUA e a ascensão chinesa é caracterizada por um cenário de transição hegemônica, ressaltando que ainda não está claro se os EUA recuperarão sua superioridade ou se o Grande Asiático assumirá um maior protagonismo. A crise capitalista, agravada pela crise financeira de 2007-2008 adiciona incertezas ao cenário. O autor pondera que a interdependência econômica limita a escalada militar, sendo um contexto distinto do que fora a rivalidade da Guerra Fria. Para Wimer e Hellmund (2020), embora a China reafirme-se em fóruns internacionais como uma "nação em desenvolvimento", suas características são distintas da maioria dos países latino-americanos, asiáticos e africanos. Tal ambivalência começa a se reconfigurar quando em 2025, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, o governo chinês anunciou oficialmente que deixaria de reivindicar os benefícios comerciais associados ao status de país em desenvolvimento, conhecidos como Tratamento Especial e Diferenciado (TED). Embora continue a se autodefinir como nação em desenvolvimento e integrante do Sul Global, Pequim optou por renunciar às vantagens tarifárias e de subsídios concedidos a países em desenvolvimento (Reuters, 2025).

Rubén Laufer (2024) analisa criticamente a atuação chinesa, salientando que apesar da retórica oficial centrada em “cooperação Sul-Sul” e “desenvolvimento conjunto”, as práticas de investimento, empréstimo e inserção da China não diferenciam-se substancialmente de estratégias das grandes potências capitalistas. Desde a adoção de abertura nos anos 1980, a elite dirigente da China promoveu uma inserção pragmática na economia global, baseada no princípio do livre-cambismo, da liberalização financeira e da internacionalização de empresas estatais chinesas. A partir dos anos 2000, em especial com a diretriz oficial do “sair para fora”, o Gigante Asiático passa a expandir suas atividades econômicas em países do Sul Global, convertendo tais espaços em zonas de influência voltadas a garantir segurança alimentar, energética e de matérias-primas, mas também como vetores de projeção política. Pondera que a retórica do “desenvolvimento” adotada por Pequim mascara a estratégia de alinhamento estrutural com economias da periferia, onde acaba estabelecendo uma lógica de complementariedade funcional: os países latino-americanos, africanos e asiáticos exportam produtos primários, enquanto a China fornece manufaturas.

Ademais, complementando a crítica de Laufer (2024), Svampa (2019) salienta que a presença de capitais chineses são cada vez mais importantes na América Latina. No setor de hidrocarbonetos estão presentes quatro grandes empresas da China: Sinopec, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), a China National Offshore Oil Company (CNOOC) e a Sinochem. Essas empresas já participavam por volta de 2010, de aproximadamente 15 projetos de extração, localizados no Peru, Equador, Colômbia, Brasil e Argentina. Nesse sentido, a autora pondera que inicialmente percebida como oportunidade de autonomia diante dos Estados Unidos, a crescente presença chinesa no continente reforçou desigualdades estruturais. Tal processo consolidou a tendência de aprofundar um extrativismo neodependentista, marcado pela reprimarização produtiva e pelo intercâmbio desigual. A relação com a China se baseia no fortalecimento do modelo extrativista, ao mesmo tempo em que declina o regionalismo latino-americano de caráter autônomo.

Por sua vez, Katz (2023) reflete que a China fortalece sua expansão global priorizando a esfera econômica, evitando conflitos geopolíticos ou militares diretos e buscando investir na Rota da Seda como principal instrumento de projeção externa. Tal caminho a afasta de um imperialismo tradicional, que combina força militar com dominação econômica, como fizeram Japão e Alemanha no passado. Embora tenha modernizado suas forças armadas e protegido suas fronteiras, o Gigante Asiático mantém a separação entre negócios e poder militar, sem bases ou tropas no exterior para garantir seus investimentos. Por outro lado, na América Latina, os acordos promovidos pela China aprofundam a dependência econômica, reforçam a reprimarização e acentuam a captura de excedentes e da renda, confirmando um papel de economia credora que lucra com a troca desigual. O autor pondera que o Gigante Asiático não atua segundo princípios de cooperação equitativa, pois molda cada acordo conforme seu cálculo de lucro, como evidencia-se no caso que firmou parcerias estatais no Peru e na

Venezuela, enquanto comprou empresas já consolidadas na Argentina e no Brasil, chegando a controlar fatias importantes de setores estratégicos como cobre, ferro e petróleo no Peru.

Nesse sentido, a China é um império em formação somente em termos potenciais. Administra atualmente o segundo maior PIB do mundo, é a maior fabricante de bens industriais e recebe o maior volume de recursos do mundo. Entretanto, tal gravitação econômica não tem correlato equivalente na esfera geopolítico-militar que define o status imperialista (Katz, 2021).

O Gigante Asiático expande sua centralidade econômica no mundo ao enfraquecer o poder dos Estados Unidos, mas sem construir acordos que fortaleçam de fato o desenvolvimento da periferia. Ao invés de criar laços emancipatórios, prioriza ganhos imediatos para elites locais associadas, sem conexão com o horizonte socialista. Sendo assim, o fundamental não é quem domina o tabuleiro, mas quais políticas de inserção internacional podem beneficiar os povos. Nesse sentido, o autor defende combinar resistência à hegemonia estadunidense com negociação cautelosa com a China, evitando assim tanto a subordinação ao Norte como o alinhamento passivo ao novo centro asiático (Katz, 2023).

4. A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DE FAJZYLBER E MANDENG E O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA

A presente seção apresentará as ferramentas da Matriz de Competitividade (MC) e o Índice de Comércio Intraindústria (ICII), fundamentais para compreender a estrutura do comércio entre os países. Com base em Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991), será debatido os fundamentos da MC que permite avaliar o posicionamento competitivo de um país a partir da evolução das exportações e o ICII, que mensura a intensidade das exportações e importações dentro de um mesmo setor produtivo, fornecendo elementos para a análise da integração e da especialização industrial no comércio global.

4.1 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE

Uma publicação na revista da CEPAL realizada por Fajnzylber (1991), e que levou o título de *Inserción internacional e innovación institucional*[7], destaca que, na década de 1990, seria possível realizar a previsão da convergência de tendências que haviam se desenvolvido nos anos 1980, mas que, provavelmente, teriam algum impacto, interação e relevância política ainda maiores. Conforme menciona, isso diz respeito à intensificação da competição internacional, com base, cada vez mais, na incorporação e disseminação do progresso técnico em um contexto de valorização econômica e

[7] Inserção Internacional e Inovação Institucional

política generalizada da sustentabilidade ambiental. A atenção foi focada em países que competem no mercado de importações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante o período de 1978 a 1989. O estudo considerou o grau de detalhamento das categorias determinadas pela classificação padronizada do comércio global.

Outra importante publicação, também na revista da CEPAL, foi realizada por Mandeng (1991), intitulada de *Competitividad Internacional y especialización*[8], que baseou-se premissa de que as transformações dinâmicas nas estruturas de mercado desempenham um papel fundamental na determinação dos benefícios gerais da competição. Sendo assim, a capacidade de um país de aproveitar oportunidades comerciais e sua competitividade são fatores-chave em tal processo. O foco primordial está na interação e mudanças na estrutura de mercado, indo além dos fatores tradicionais que explicam as formas de comércio. Para isso, é utilizado um modelo de equação única que descreve a competitividade de um país nos mercados internacionais, levando em consideração a evolução do mercado.

Mandeng (1991)[9] utiliza-se dos fluxos totais de importação da OCDE de 1978 a 1989, considerando grupos de classificação para o comércio internacional. Baseou-se em um modelo de equação derivado do APMC (*Análisis de la Participación Constante en el Mercado)*[10], simplificando em uma abordagem bidimensional. O autor sustenta que no método CAN *(Competitive Analysis of Nations)*[11] é analisado apenas o crescimento diferencial do produto em relação à evolução do mercado e o efeito residual, chamado competitividade. Mandeng (1993) classifica os grupos da CUCI revisão 2 em: Recursos Naturais, sendo composto por Agricultura, Energia, Fibras Têxteis, Minerais e Metais; e Manufaturas (Baseadas em Recursos Naturais e Não Baseadas em Recursos Naturais).

Fajnzylber (1991) apresenta os conceitos de "posicionamento" e "eficiência" que podem ser entendidos no contexto das exportações para a OCDE. O conceito de "posicionamento" refere-se à dinâmica relativa de um produto, sendo considerável favorável quando a participação no mercado se amplia e desfavorável quando diminui. A "eficiência", por sua vez, relaciona-se à participação relativa de um país em uma categoria específica de exportações, sendo classificada como alta quando a participação nas importações da OCDE cresce, e baixa quando diminui. Sendo assim, um país está em situação desfavorável ao exportar produtos com baixa dinâmica relativa, demonstrando baixa

[8] Competitividade Internacional e Especialização

[9] Conforme pondera Mandeng (1991), o modelo baseia-se na suposição de que todos os grupos considerados possuem um mercado de estrutura e que nenhum setor tem tanta importância por si só a ponto de determinar a estrutura total das importações. Na equação, a variável "i" representa o produto ou grupo setorial, enquanto "j" refere-se a um país específico. Além disso, a notação "M" representava as importações da OCDE. Sendo assim, a participação total de um país (Sj), em qualquer momento determinado, corresponde às participações (Sij) e à relevância desse grupo nas importações do mercado (Si): $\boldsymbol{S_j} = \sum_{i=1}^{n} \cdot \frac{\boldsymbol{M_{ij} M_i}}{\boldsymbol{M_j M}} = \sum_{i=1}^{n} \cdot \boldsymbol{S_{ij}}\ \boldsymbol{S_i}$

[10] Análise da Participação Constante no Mercado

[11] Análise Competitiva das Nações

eficiência, quando sua participação no mercado recua em comparação com outros países exportadores para a mesma região.

Combinando as duas características Fajnzylber (1991) aponta que é possível identificar quatro situações distintas: 1 – Situação de posicionamento favorável e eficiência alta (situação ótima), 2 – Situação de posicionamento favorável e eficiência baixa (situação de oportunidades perdidas), 3 – Situação de posicionamento desfavorável e eficiência alta (situação de vulnerabilidade), 4 – Situação de posicionamento desfavorável e eficiência baixa (situação de retirada). A forma com que cada país se insere no comércio global é determinada pela estrutura de suas exportações, seguindo essa classificação, e por sua presença nas importações da OCDE.

Conforme salientam Fernández e Curado (2019), Fajnzylber não considerou a ascensão de potências como a China, índia e outros países no cenário global, pois faleceu em 1991. O estudo da Matriz de Competitividade também já foi realizado por Fernández (2014) para analisar o caso da Argentina entre 1985 e 2010 com os mercados Mundo, OCDE e Ásia em desenvolvimento. Posteriormente Fernández e Curado (2019a) pesquisaram os casos da Argentina e do Brasil conjuntamente.

4.2 O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA

O Índice de Comércio Intraindústria (ICII)[12] é um instrumento utilizado para a análise da interação comercial entre grupos industriais pertencentes a um mesmo complexo produtivo. Sua evolução ao longo do tempo evidencia tendências na integração produtiva e na especialização industrial de cada país, sem, contudo, estabelecer relações causais. Além disso, o ICII possibilita a análise de intensidade do fluxo comercial entre uma economia e seus parceiros comerciais. Sua aplicação tem carácter predominantemente descritivo, não resultando em afirmações categóricas (Fernández, 2014).

Conforme sustentam Lloyd e Lee (2000), o comércio intraindustrial foi identificado nos anos 1960 por Verdoon (1960), Balassa (1963,1966) e Grubel (1967), ao analisarem a especialização dentro das indústrias e o comércio internacional bidirecional de produtos industriais. Grubel e Lloyd foram os que desenvolveram o índice mais amplamente utilizado para a mensuração desse tipo de comércio, constatando que, em 1967, a média não ponderada do comércio intraindustrial nos dez principais países da OCDE era de 50%. Ao passo que tenham sido feitas tentativas para estabelecer bases teóricas para a existência de tal comércio tanto em produtos homogêneos quanto diferenciados,

[12] Martins (2005) demonstra que a fórmula padrão para calcular a relevância do comércio intraindústria em um setor específico é: $\mathbf{ICII = 1 - \frac{|X_j - M_j|}{|X_j + M_j|}}$

a definição conceitual de indústria foi pouco explorada, e as análises registram-se, em grande parte ao equilíbrio parcial.

Martins (2005) sustenta que o comércio intraindústria representa uma oportunidade de ganhos adicionais no comércio internacional, possibilitando que um país se especialize em um número reduzido de bens com maior eficiência, enquanto as importações garantem maior variedade e qualidade ao consumidor doméstico. Esse fenômeno está associado a economias de escala e diferenciação de produtos que acabam ampliando a competitividade a nível internacional. Uma parte importante desse comércio na corrente comercial de um país é considerada desejável, pois indica uma especialização produtiva virtuosa. A avaliação do comércio intraindústria é afetada pela utilização de um sistema de classificação industrial, salientando que o comércio intraindústria é importante nas trocas de produtos manufaturados entre países desenvolvidos, que dominaram o comércio global (Krugman, Obstfeld e Melitz, 2015).

Conforme Fernández (2014), um caso contrário a esse tipo de comércio é o comércio interindústria[13] que representa uma forma de trocas internacionais que contrasta com outros modelos de comércio e os benefícios que são associados a ele.

Em relação ao índice Grubel-Loyd, salienta-se que quando o índice é superior a 0,33, indica-se comércio intraindústria, entretanto, valores entre 0,1 e 0,33, apontam para um comércio moderadamente intraindústria, enquanto índices entre 0 e 0,1, indicam comércio interindustrial (CEPAL, 2024). Dessa forma, presume-se que um ICII alto, próximo a um, é característica de comércio intraindústria, por outro lado, um ICII próximo a zero, é característica de um comércio interindústria.

Vale destacar que a combinação da Matriz de Competitividade e do ICII foi utilizada primeiramente por Fernández (2014), o que resultou nos estudos de Fernández e Curado (2019 a, b). Posteriormente Fernández (2022) aplicou essa combinação para estudar os casos da Argentina e do Brasil, as MC e o ICII no comércio bilateral entre ambas as economias para um período recente.

5. RESULTADOS

Nesta seção, apresentar-se-á os resultados empíricos oriundos deste artigo. Primeiramente será analisada a estrutura comercial do Brasil com a China, seguido da análise dos dez primeiros rubros de exportação. Esses grupos serão avaliados de forma conjunta com o ICII, em distintos períodos no sentido de identificar padrões de especialização e integração produtiva. Na sequência, aplicar-se-á a

[13] Tal tipo de comércio ocorre quando os países estruturam seu comércio com base no princípio das vantagens comparativas. Em tal contexto, um país especializa-se na exportação de produtos agrícolas, enquanto outro dedica-se a exportação de manufaturas. Essa dinâmica limita a possibilidade de criação de economias de escala na produção integrada. Como resultado, as estruturas produtivas dos países envolvidos permanecem desiguais (Fernández, 2014)

Matriz de Competitividade para o comércio bilateral entre Brasil e China, buscando realizar a síntese dos padrões de eficiência e posicionamento das exportações brasileiras nesse mercado.

5.1 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE CHINA-BRASIL

5.1.1 A estrutura comercial do Brasil com a China

Conforme observa-se na tabela 01, verifica-se a intensificação de especialização primário exportadora do Brasil em relação a China do período de 2000 a 2022. Quando somados os grupos de Recursos Naturais e Energia, é possível verificar que a participação desses produtos nas exportações brasileiras saltou de 77,56% em 2000 para 96,08% em 2022. Destaca-se a forte ampliação de bens energéticos, que passou de 2,69% em 2000 para 17,16% em 2022. Em contrapartida, as manufaturas perderam espaço no comércio bilateral, recuando de 21,93% em 2000 para 3.92% em 2022. A maior queda ocorreu justamente nas manufaturas não baseadas em recursos naturais (MnoBRN), aquelas de maior intensidade tecnológica, que representavam 17,42% em 2000 e recuaram para 1,83% em 2022. Isso evidencia que esse padrão exportador reforça a reprimarização da economia. Nesse contexto, o Brasil continua a desempenhar um papel periférico, ofertando recursos estratégicos que servem a valorização do capital externo, sem que isso rompa com os mecanismos de dependência em sua inserção internacional.

Tabela 01- Estrutura de Mercado do Brasil com a China (exportações em %)

Estrutura de mercado do Brasil com a China– 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	**2000**	**2008**	**2013**	**2019**	**2021**	**2022**
RECURSOS NATURAIS	74.87	85.51	86.41	71.78	82.50	78.92
Agricultura	44.91	32.78	44.16	40.83	44.33	52.15
FTMM	29.96	52.73	42.25	30.95	38.18	26.77
ENERGIA	**2.69**	**6.33**	**7.02**	**24.02**	**14.05**	**17.16**
MANUFATURAS	**21.93**	**8.15**	**6.56**	**4.19**	**3.43**	**3.92**
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	4.50	4.08	3.52	2.64	2.08	2.09
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	17.42	4.07	3.04	1.56	1.35	1.83
Outros	**0**	**0**	**0**	**0.003**	**0.003**	**0.003**

FONTE: Elaborado com base em TRADECAN - CEPAL 2024. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng.

Fernández (2014) já havia enfatizado de que a presença da China no mercado mundial tem implicações importantes na estrutura econômica dos países latino-americanos. A veloz industrialização e urbanização da China nas últimas décadas, resultaram num considerável aumento

da demanda por bens primários, como metais, energia e produtos agrícolas, fazendo do Grande Asiático o maior consumidor global de diversas *commodities.* A ascensão chinesa como essa grande consumidora de bens primários, tem exercido uma pressão positiva no preço das *commodities,* resultando (pelo menos de forma temporária) em melhorias nos termos de troca, em favor dos países que exportam recursos naturais, como Brasil e Argentina. Por outro lado, enfatiza, que embora o Grande Asiático possa melhorar os termos de troca para alguns países exportadores de *commodities,* a dependência excessiva de recursos naturais pode limitar a diversificação econômica e o desenvolvimento em grupos industriais.

5.1.2 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para a China

Ao realizar a desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para a China (tabela 02), é possível fazer um aprofundamento no diagnóstico de dependência comercial do Brasil com a China, evidenciando a pauta exportadora primária e indicando a quase ausência da integração produtiva. Em 2000, os dez primeiros rubros de exportação somavam 82,51%, valor que saltou para 95,69% em 2022. Em 2022, apenas 4 produtos (soja, minério de ferro, petróleo e celulose) concentraram 84,16% das exportações, evidenciando a estrutura vulnerável à oscilação de preços das *commodities.*

Analisando os dados do ICII, é possível perceber o indicativo de uma relação bilateral entre Brasil e China fortemente interindustrial. Os principais rubros de exportação como soja, minério de ferro e petróleo, apontam para um ICII igual a zero ao longo do período. Isso reflete a ausência de cadeias produtivas que estejam integradas e confirma que o país acaba desempenhando uma função periférica, fornecendo matérias-primas não processadas para abastecer o centro manufatureiro chines, que acaba agregando valor em outra parte da cadeia (tabela 2).

Tabela 2 – Dez principais grupos de exportação do Brasil para a China (2000, 2008, 2013, 2019, 2021 e 2022), ordenados por participação percentual

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2000	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos		28.73	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados		26.99	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel		6.75	-
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco		3.68	0
MnoBRN	792 - Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, ne		3.47	-
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização		3.10	0,43
MBRN	611 - Couro		3.05	0,13
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos		2.70	-
MnoBRN	674 – Planos universais, chapas e folhas, de ferro ou aço		2.05	0
Agricultura	248 - Madeira simplesmente trabalhada e travessas de madeira para ferrovias		1.99	0,01
10 primeiros		**Total e Média**	**82,51**	**0,08**
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2008	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	50.40	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Oportunidade Perdida	24.38	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	6.32	-
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, “soft”, brutos, refinados ou purificados	Oportunidade Perdida	3.09	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Em Retirada	2.98	0
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade Perdida	2.09	0,16
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	1.75	0,04
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	1.61	0,22
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco	Em Retirada	1.36	0
MnoBRN	792 - Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, ne	Em Retirada	1.23	-
10 primeiros		**Total e Média**	**95,21**	**0,06**
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2013	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	39.79	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	35.26	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Vulnerável	7.02	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Vulnerável	3.26	0,01
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	2.64	0,01
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	1.30	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Em Retirada	1.21	0,02
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, “soft”, brutos, refinados ou purificados	Em Retirada	0.93	0
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	0.90	-
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Em Retirada	0.90	0,04
10 primeiros		**Total e Média**	**93,21**	**0,01**

Continuação

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2019	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Em retirada	28.76	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em retirada	27.87	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	23.99	-
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	5.03	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	4.96	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	1.62	0,02
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade Perdida	1.59	0,03
FTMM	263 - Algodão	Vulnerável	1.17	-
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco	Vulnerável	0.63	-
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Em retirada	0.55	0,02
10 primeiros		**Total e Média**	**96,17**	**0,01**

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2021	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	35.60	-
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos,	Oportunidade Perdida	30.13	-
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Em Retirada	13.97	-
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	7.09	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Em Retirada	3.95	0
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	1.66	0,01
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade Perdida	1.35	0,02
FTMM	263 - Algodão	Vulnerável	1.11	-
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	1.08	0,04
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	0.48	0,01
10 primeiros		**Total e Média**	**96,46**	**0,02**

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	participação em 2022	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	34.08	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em Retirada	23.84	-
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Oportunidade Perdida	17.00	-
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	9.24	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	5.66	0
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Oportunidade Perdida	1.81	0,02
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade Perdida	1.41	0,06
FTMM	263 - Algodão	Situação Ótima	1.41	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	0.84	0,03
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, "soft", brutos, refinados ou purificados	Vulnerável	0.39	-
10 primeiros		**Total e Média**	**95,69**	**0,02**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRADECAN 2024 e do SIGCI 2024 – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).
Nota: A Matriz de Competitividade para o ano 2000 não é calculada. pois é o ano de início da pesquisa. Lembrando que o cálculo da matriz requer um período de análise – ano de início e ano de fim. O símbolo (-) indica a ausência de dados disponíveis.

Em relação as manufaturas não baseadas em recursos naturais (MnoBRN) é possível verificar que em 2000, grupos como aeronaves, polímeros e chapas de aço ainda estavam entre os dez primeiros rubros, alguns com ICII intraindústria (0,43 no caso dos polímeros), sugerindo um determinado grau

de integração industrial. Entretanto, já em 2008, tal grupo não se encontrava mais entre os principais rubros. A retração das manufaturas entre os grupos mais importantes, evidencia, que além de reprimarizar a economia, também enfraquece a capacidade de competição nas cadeias globais de valor nesses segmentos (tabela 2).

Ademais, grupos que aparecem como “oportunidade perdida”, como no caso do minério de ferro (com ICII=0 em todos os anos), indicam que apesar de enorme participação nas exportações, não existe qualquer avanço em termos de encadeamento produtivo, ou agregação de valor. Trata-se de um comércio em desequilíbrio, reforçando a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho como país primário exportador, sem projetar autonomia industrial ou tecnológica (tabela 02).

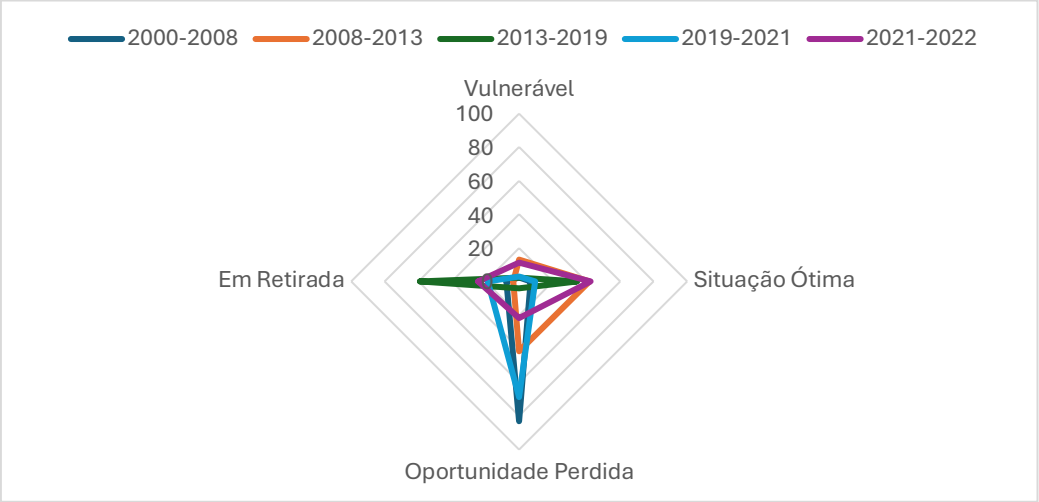
Sendo assim, consolida-se um padrão exportador regressivo, onde a há um reforço da condição do país como periferia do sistema capitalista, onde há um empobrecimento tecnológico e reprimarização da pauta de exportação.

5.1.3 A Matriz de Competitividade do Brasil com a China

Ao analisar a Matriz de Competitividade (gráfico 02), verifica-se a tendência persistente de predomínio das exportações brasileiras ao grupo de “oportunidades perdidas”, onde evidencia-se produtos com crescimento no mercado chinês, mas que o Brasil perde participação relativa, sendo em especial produtos primários como soja, minério de ferro e petróleo (tabela 02). A expansão pontual dos grupos em “situação ótima” entre 2008 e 2013, onde alcançou 41,9% não se manteve nos anos seguintes, e as exportações “em retirada” cresceram, chegando a. 59,07% entre 2013 e 2019 (gráfico 02).

A articulação desses dados com a estrutura das exportações possibilita aprofundar esses a análise. Conforme já sistematizado na tabela 01, evidencia-se uma dependência de produtos de recursos naturais e energéticos, que alcançaram mais de 96% da pauta exportadora em 2022. Ao analisar a tabela 02, percebe-se que mesmo naqueles produtos de maior participação, como soja, minério de ferro e petróleo, a posição competitiva teve oscilação entre “oportunidades perdidas” e “em retirada”. Ainda que se evidencie superávits comerciais, o padrão revelado pelos dados reforça a inserção do Brasil no comércio bilateral em uma lógica que reserva ao país a função de fornecedor de insumos primários e extrativos.

Gráfico 02 - Matriz de Competitividade Brasileira com a China 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Elaboração com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

A partir dos dados percebe-se que o Brasil permanece como um elo periférico na divisão internacional do trabalho, com uma relação assimétrica e contraditória, que combina extrativismo com valorização do capital externo. Como ressaltado por Katz (2023, s/p): "O Gigante Asiático consolidou seu status de economia credora que lucra com a troca desigual, captura excedentes e se apropria da renda, mesmo que isso ocorra sem apoio na força militar."

Nesse sentido, torna-se necessário repensar as estratégias de desenvolvimento à luz das determinações estruturais do capitalismo dependente. Tal processo não pode ser compreendido apenas como um desafio de industrialização, mas necessita enfrentar os mecanismos que sustentam a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, em especial associados à especialização primário exportadora e à transferência de valor. Necessita-se ir além dos limites econômicos, mas refletir suas dimensões sociais e ambientais, pois a dependência está conectada à exploração dos recursos naturais e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo do artigo confirmam a hipótese, de que as relações comerciais entre Brasil e China no século XXI intensificam a reprimarização da economia exportadora brasileira. Os dados apresentados na parte empírica, em especial a Matriz de Competitividade, evidenciam que a maior parte das exportações do Brasil à China concentram-se nos grupos de "oportunidades perdidas" e "em retirada", e produtos com dinamismo e valor agregado aparecem como exceção e não como regra nesse espectro. A estrutura exportadora marcou em 2022

mais de 96% de produtos relacionados a recursos naturais e energéticos, além de um índice de comércio intraindústria (ICII) praticamente nulo, mostrando que o Brasil atua no comércio bilateral como fornecedor de matéria-prima sem encadeamento produtivo, o que vem se intensificando ao longo dos anos, reforçando assim uma inserção subordinada e que funciona para a valorização do capital chinês.

É pertinente destacar o que instrumental teórico desenvolvido por Marini (2022; 1993), em especial as categorias de Troca desigual e Superexploração do Trabalho foram importantes para interpretar o padrão exportador brasileiro à China. Marini (2022) salienta que a troca desigual ocorre quando nações trocam diferentes tipos de mercadoria, como manufatura e matéria-prima, e uma delas consegue vender seus produtos a preços maiores que o seu valor, resultando em situação em que as nações menos favorecidas cedem parte do valor que produzem, enquanto a transferência de valor concentra-se na nação com maior produtividade.

A pesquisa traz reflexões sobre os rumos da inserção brasileira no sistema capitalista mundial. Ainda que a China não se enquadre nos moldes de imperialismo clássico, como destaca Katz (2023), onde o Grande Asiático evita conflitos geopolíticos ou militares, vale destacar o que fora mencionado por Laufer (2024), de que a retórica de desenvolvimentos adotada pelo governo chinês acaba mascarando uma estratégia de alinhamento estrutural com economias periféricas, onde países latino-americanos, africanos e asiáticos exportam produtos primários, enquanto a China oferece manufaturas. Nesse sentido, há um reforço na reprimarização da economia, na captura excedentes e no aprofundamento da dependência do Brasil em exportação de *commodities* e importação de manufaturas.

Nesse sentido, a pesquisa gerou curiosidades teóricas que ainda necessitam de aprofundamento: como se opera, no caso Brasil-China, o processo de transferência de valor? Como a superexploração do trabalho nas cadeias produtivas convertem-se em mais valor apropriado externamente? Tais questões, ainda em aberto, indicam uma pesquisa futura a ser desenvolvida, onde haja combinação de análise empírica e teoria do valor, para refletir sobre os circuitos de transferências de valor que são estruturados nessa dependência.

Ademais, a presença chinesa na região levanta a necessidade de pesquisas com profundidade no sentido de avaliar se ela favorece ou dificulta processo de integração latino-americana em modos autônomos e de forma cooperada. A emergência dos BRICS como polo de articulação geopolítica coloca o desafio de reflexão de: até que ponto essa aliança apresenta uma alternativa emancipatória ao imperialismo ocidental? Quais são as janelas de oportunidades e os limites? Tais dúvidas não invalidam o que fora desenvolvido até aqui, mas reforçam a pertinência de manter uma postura crítica, aberta e que tenha uma fundamentação frente as contradições que são inerentes ao capitalismo dependente.

Referências

CARCANHOLO, M. D., & SALUDJIAN, A. (2014). Integração sul-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro. Em J. E. Álvarez, *América Latina en medio de la crisis mundial - Trayectorias nacionales y tendencias regionales* (pp. 185-206). Buenos Aires: CLACSO.

CEPAL. (12 de 08 de 2024). *SIGCI CEPAL*. Fonte: https://sigci.cepal.org/sigci_documentation.html?idioma=e

COMEXSTAT. (02 de Fevereiro de 2025). *Dados Gerais - Comex Stat*. Fonte: Comex Stat: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/118770

DOS SANTOS, T. (2011). *Imperialismo y Dependencia.* Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.

FAJNZYLBER, F. (Agosto de 1991). Inserción internacional e innovacion intitucional. *Revista de la Cepal*, pp. 149-178.

FERNÁNDEZ, V. L. (2014). A inserção externa da Argentina: um estudo sobre a relevância dos recursos naturais no padrão de exportações, a competitividade e o comércio intra-industrial, no período de 1985 a 2010. Curitiba, Paraná, Brasil: Tese de Doutorado.

FERNÁNDEZ, V. L. (2022). Repensando la integración productiva y comercial entre Argentina y Brasil en la post pandemia. Argentina .

https://www.aacademica.org/2.congreso.internacional.de.ciencias.humanas/347 : IN: Actas 2 Congresso Internacional de Ciencias Humanas. "Actualidad de lo clásico y saberes en disputa de cara a la sociedad digital".

FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. (JANEIRO-ABRIL de 2019 a). Matriz de Competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras. *Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE*, pp. 123-151.

FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. (Julho . de 2019 b). A Inserção Externa Argentina: uma análise a partir do comércio intra-industrial com Brasil, Estados Unidos e China. *Revista de Economia Política e História Econômica, ano 15, número 42 ISN: 1807_2674 (versão física)*, pp. 88-108.

FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. L. (Julho de 2019). A inserção externa da Argentina: uma análise a partir do comércio intra-industrial com Brasil, Estados Unidos e China. *Revista de Economia Política e História Econômica*, pp. 88-108.

GRUBEL, H. G., & LLOYD, P. J. (1975). *Intra-Industry Trade: The Theory and Measurement of International Trade in Differentiated Products.* New Tork: John Wiley & Sons.

HIRATUKA, C., & SARTI, F. (janeiro de 2016). Relaçoes Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo*, pp. 83-98.

KATZ, C. (2020). *A teoria da dependência - 50 anos depois.* São Paulo: Expressão Popular.

KATZ, C. (12 de abril de 2023). *"A presença da China na América Latina"*. Fonte: A Terra é Redonda : https://aterraeredonda.com.br/a-presenca-da-china-na-america-latina/

KUGMAN, P. R., Obstfelld, M., & MELITZ, M. J. (2015). *Economia Internacional.* São Paulo: Pearson.

LAUFER, R. (2024). La "China global" y el mundo "en desarrollo". La retórica del desarrollo y el Asia-Pacífico en la estrategia mundial de China. Em L. Rubén, & F. R. WIMER, *China en América Latina y Caribe: nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva de 'desarrollo'* (Vol. 1). Curitiba, Paraná, Brasil.

LLOYD, P. J., & LEE, H.-H. (2000). *Frontiers of Research in Intra-Industry Trade.* London: Macmillan.

LUCE, M. S. (2018). *TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA - problemas e categorias. Uma visão histórica.* São Paulo: Expressão Popular.

MANDENG, O. (1991a). Competitividad Internacional y especialización. *Revista de la CEPAL (45)*, pp. 25-42.

MANDENG, O. J. (agosto de 1993). Análises de Competitividad: Argentina: estuudio de caso basado en el programa computacional CAN". *Indicadores Econômicos FEE. Análise Conjuntural 21(2)*, pp. 189-203.

MARINI, R. M. (1973). *Dialética de la dependencia.* México: Ediciones Era.

MARINI, R. M. (1993). *America Latina: Integração e Democracia.* Caracas: Editorial Nova Sociedade.

MARINI, R. M. (2022). Dialética da Dependência. Em R. TRASPADINI, & J. p. STEDILE, *"Dialética da Dependência"e outros escritos* (pp. 217-234). São Paulo: Expressão Popular.

MARTINS, M. A. (Março de 2005). O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: estrutura e evolução do padrão de especialização. *Tese de Doutorado*. Campinas, Brasil: Universidade Estadual de Campinas.

MATTOS, F. A., & CARCANHOLO, M. D. (JANEIRO-MARÇO de 2012). Amenazas y oportunidades del comercio brasileño con China: lecciones para Brasil. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, pp. 117-138.

MENEZES, R. G., & BRAGATTI, M. C. (11 de 2020). Dragon in the "backyard": China's investment and trade in Latin America in the context of crisis. *Brazilian Journal of Political Economy, vol. 40, no 3*, pp. 446-461.

OSÓRIO, J. (2004). *Crítica de la Economía Vulgar : Reprodución del capital y dependencia.* Zacatecas, México: Universidad Autónoma de Zacatecas.

OSÓRIO, J., & REYES, C. (2020). *La Diversidad en el Sistema Mundial Capitalista - Procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante.* México: Gedisa, S.A.

PREBISCH, R. (2000). Em R. BIELSCHOWSKY, *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (pp. 69-136). Rio de Janeiro: Record.

REUTERS. (24 de setembro de 2025). *China says it won`t change developing country status, will foro benefits*. Fonte: Reuters: https://www.reuters.com/world/china-says-it-wont-change-developing-country-status-will-forgo-benefits-2025-09-24/?utm_source=chatgpt.com

SVAMPA, M. (2019). *As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina.* São Paulo: Elefante.

TradeCAN-CEPAL. (2024). *TradeCAN-CEPAL*. Fonte: TradeCAN-CEPAL: https://tradecan.cepal.org/can.asp

TRADEMAP. (06 de 2025). *TradeMap*. Fonte: TradeMap: https://www.trademap.org/Index.aspx

WIMER, F. R. (2024). Imperialismo, Dependencia y transición hegemonica ante el ascenso de China. Em R. LAUFER, & F. R. WIMER, *China en América Latina y Caribe: Nuevas Rutas para una Vieja Dependencia?* (pp. 19 - 66). Curitiba: Appris.

WIMER, F. R., & Helmund, P. F. (abril de 2020). La larga marcha de China como potencia global. *Revista Izquierdas*, pp. 2568-2683.